

## HUMAN RIGHTS WATCH

1630 Connecticut Avenue, N.W.  
Suite 500  
Washington, DC 20009  
Tel: 202-612-4321  
Fax: 202-612-4333  
Email: hrwdc@hrw.org

### Americas Division

José Miguel Vivanco, Executive Director  
Daniel Wilkinson, Deputy Director  
Tamara Taraciuk, Researcher  
Nik Steinberg, Researcher  
Max Schoening, Researcher  
Stephanie Morin, Researcher  
Laura Graham, Associate  
Guillermo Farias, Associate

### Advisory Committee

Lloyd Axworthy, Chair  
Marina Pinto Kaufman, Vice Chair  
Julien Studley, Vice Chair  
Roberto Alvarez  
Cynthia Armon  
Carlos Basombrio  
Peter D. Bell  
Marcelo Bronstein  
Paul Chevigny  
John Dinges  
Denise Dresser  
Tom J. Farer  
Myles Frechette  
Alejandro Garro  
Peter Hakim  
Ronald G. Hellman  
Stephen L. Kass  
Andy Kaufman  
Susanna Leval  
Kenneth Maxwell  
Jocelyn McCalla  
Robert Pastor  
Bruce Rabb  
Michael Shifter  
George Soros  
Rose Styron  
Javier Timerman  
Horacio Verbitsky  
George Vickers  
Alex Wilde

### Human Rights Watch

Kenneth Roth, Executive Director  
Michele Alexander, Development & Outreach Director  
Carroll Bogert, Associate Director  
Emma Daly, Communications Director  
Barbara Guglielmo, Finance & Administration Director  
Peggy Hicks, Global Advocacy Director  
Iain Levine, Program Director  
Dinah Pokempner, General Counsel  
James Ross, Legal & Policy Director  
Joe Saunders, Deputy Program Director  
Jane Olson, Chair, Board of Directors

Washington D.C., 16 de maio de 2012

Dilma Rousseff  
Presidente da República Federativa do Brasil  
Brasília – DF

HUMAN  
RIGHTS  
WATCH

[www.hrw.org](http://www.hrw.org)

Excelentíssima Sra. Presidenta Dilma Rousseff:

Vimos por meio da presente manifestar nosso apoio à criação de uma comissão da verdade para esclarecer as circunstâncias das graves violações de direitos humanos cometidas no Brasil entre 1946 e 1988. Reconhecemos a sua liderança ao criar a comissão, incluindo a recente nomeação de membros de reconhecido saber e conduta ética. Acreditamos, ainda, que é fundamental propiciar à comissão da verdade os recursos e o apoio necessários para que ela tenha sucesso em sua missão histórica.

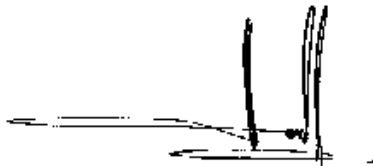
O estabelecimento de uma comissão da verdade oferece ao Brasil uma oportunidade para esclarecer milhares de casos de graves abusos aos direitos humanos, incluindo quase 500 casos de mortes e desaparecimentos forçados ocorridos durante o regime militar (1964-1985). A análise rigorosa e justa de tais violações beneficiará não só as vítimas e suas famílias, mas a sociedade brasileira como um todo.

Buscar a verdade sobre abusos passados não é uma questão de revanchismo nem de caça às bruxas. O Brasil tem a obrigação perante o direito internacional de investigar, processar e punir os responsáveis por sérias violações aos direitos humanos. Comissões da verdade e outros mecanismos extrajudiciais não substituem a investigação e o julgamento de atrocidades. No entanto, podem ser valiosas ferramentas complementares para a preservação da memória histórica, esclarecimento dos fatos e a atribuição de responsabilidades políticas e institucionais. Esperamos que a comissão da verdade brasileira seja seguida por esforços direcionados à responsabilização criminal dos envolvidos em violências passadas.

Em grande medida, para o sucesso da comissão da verdade é necessário que os seus integrantes tenham à sua disposição todos os meios para realizarem investigações cuidadosas e independentes. É essencial que tenham acesso pleno a todo e qualquer documento do governo que possa ser relevante para os casos investigados. Além disso, precisam contar com a cooperação ativa e plena de todas as instituições públicas, incluindo as forças armadas.

Mais uma vez, saudamos a sua atuação decisiva na criação da comissão da verdade. Estamos certos de que, com o apoio continuado do seu governo, a comissão contribuirá para o fortalecimento de uma cultura de respeito aos direitos humanos no Brasil.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'JM Vivanco', with a horizontal line underneath.

José Miguel Vivanco  
Human Rights Watch

CC: Ministra Maria do Rosário Nunes, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República  
CC: Ministro José Eduardo Cardozo, Ministério da Justiça  
CC: Ministro Antônio de Aguiar Patriota, Ministério das Relações Exteriores do Brasil